

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 169

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiese - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Catário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 035ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE NOVEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Cleiton Kielse e Luiz Carlos Zuk.

Às dezenove horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Beraldin, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moisés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cesar Seleme e Orlando Pessuti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação do Projeto de Lei nº 253/98.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2449

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o adiamento pelo prazo de três (03) sessões do Projeto de Lei 255/98, objeto da presente Ordem do Dia.

O pedido fundamenta-se na necessidade de se aguardar contribuições que poderão advir do Seminário que acontecerá entre os dias 17 e 20 deste mês de novembro na cidade de Foz do Iguaçu, cujo tema é "Recursos Hídricos". O evento é promovido pela SANEPAR, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná - CREA/PR.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

LUCIANA RAFAGNIN

HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 255/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências, seja discutido por títulos, capítulos e artigos, separadamente, conforme prevê o Artigo 146 e seu § 1º do Regimento Interno desta Casa.

Pela importância e pelo considerável número de artigos que fazem parte do projeto de lei em referência, creio, ser justificado o pedido.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária, em Comissão Geral de Plenário, para votação relativa ao Projeto de Lei nº 255/98, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia, Renato Gaúcho, Ricardo Maia, Carlos Simões, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Tiago de Amorim Novaes, Caíto Quintana, Antonio Baratter, Luiz Carlos Zuk, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Serafina Carrilho, Nelson Garcia e Chico Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Conforme requerimento aprovado na Sessão de ontem, do Deputado Cezar Silvestri, hoje teremos o Horário das Lideranças. PDT, PSB, PT, PST, PMDB, PPB, PTB, PFL, Liderança do Governo.

Com a palavra o Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero tranquilizar a Deputada Serafina, de que nós vamos liberar a Bancada para derrubarmos o veto do Governador quanto ao seu projeto, porque vejo que ela está preocupada, esfregando as mãos, vamos tranquilizá-la, até que eu encaminhe aqui na segunda votação.

Senhor Presidente, ontem tivemos aqui um longo debate sobre o projeto dos recursos hídricos. O debate que houve foi salutar e importante e quero louvar a sabedoria de Vossa Excelência, por ter interrompido a Sessão naquele momento e transferido para o dia de hoje, onde tivemos a oportunidade de, pela manhã, de nos reunir com todos os parlamentares interessados nesse projeto e chegarmos num acordo, onde saiu duas emendas importantes. Uma inicialmente que vem de encontro ao volume de água a ser gasto pelos agricultores ou agropecuaristas.

A Emenda nossa vai dizer o seguinte:

Parágrafo Único - “As captações destinadas à produção agropecuária, estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga.”

A segunda Emenda que eu encaminho e ela já foi exaustivamente discutida hoje pela manhã, diz o seguinte; “O Poder Executivo ao emitir outorga mediante autoridade competente, observará as exigências de contratos de concessão para prestação de serviços públicos, que impliquem na utilização de recursos hídricos garantindo autonomia Municipal no que concerne aos serviços de saneamento básico”.

Então encaminho essas duas emendas que foram objeto de acordo das lideranças e dos Senhores Deputados e espero que possamos votar esse projeto e aprová-lo de uma vez por todas.

Muito obrigado!

O SR. EDGAR BUENO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse projeto chegou nessa Casa como “mostrengo”. Foi um projeto que careceu de muitas discussões e queremos reconhecer e parabenizar todos os Senhores

Deputados pelo trabalho e pelo empenho que fizeram, para as adaptações necessárias, para que esse projeto pudesse estar na Casa no dia de hoje para ser votado. Entendemos que esse projeto nasceu por uma adaptação nacional que existe e uma necessidade nacional. Ele é inoportuno e o Governo Federal ao aprovar esse projeto também colocou muito mais a questão da cobrança do que a questão da preservação. Não se preserva meio ambiente; não se preserva água cobrando. Preserva-se colocando leis duras, punindo as empresas que poluem os rios.

Por isso, nós da Oposição que colaboramos em todos os sentidos, o Deputado Orlando Pessuti foi um dos grandes colaboradores para que esse projeto pudesse estar hoje nessas condições.

Respeitamos, queremos ajudar, porém votaremos contrários ao projeto, mesmo sabendo que será aprovado.

Queremos registrar o voto contrário da Bancada de Oposição a esse projeto. Não pelo projeto em si, mas pela origem do projeto que vem do Governo Federal e que não concordamos.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente. Não tenho dúvida que é um projeto de extrema importância para o Paraná, sobretudo para a sociedade e muito mais para aqueles que têm a preocupação com o futuro da humanidade. Ele visa criar disciplinamento para que possamos assegurar a qualidade de vida para um futuro melhor do que temos hoje.

Esse projeto veio no estado bruto. E esta Casa, como ourives, como lapidária, lapidou, deixou com facetas, essencialmente, de respeito ao meio ambiente, à economia e à relação harmoniosa entre o meio ambiente e a economia.

Muitos Deputados se empenharam. Talvez tenha sido o primeiro grande projeto de interesse paranaense que o Governo esteve aberto para discussão. Patrocinou a discussão em todos os sentidos. A discussão melhorou as audiências públicas feitas pelo Deputado Algaci Tulio. As inserções feitas pelo Líder do PMDB Orlando Pessuti, junto conosco a FAEP, OCEPAR, FIESP. Foram todos os organismos da sociedade que permitiram a apresentação de um projeto, se não excelente, mas num estado que vai efetivamente apoiar a questão ambiental do Estado do Paraná.

Nessa última emenda do Deputado Valdir Rossoni, a quem cumprimento, se todas as vezes tivéssemos abertura esta Casa teria uma produção maior e de melhor qualidade. Uma emenda onde diz que assegura o direito à autonomia municipal. Não é a lei de Recursos Hídricos que assegura a autonomia municipal, a autonomia municipal é assegurada pela Constituição Federal.

Gostaria de lembrar este Plenário que, quem assegura, numa boa técnica legislativa, é a Constituição Estadual e Federal. Que pudéssemos, na Comissão de Redação, colocar no lugar que assegura, respeitada a autonomia municipal. Aí estaríamos colocando em boa

redação legislativa nessa Emenda. Apenas para apropriar a melhor técnica.

Votarei favorável, porque desde o início me empenhei e entendo que é um projeto importante para o Paraná. E ele está consubstanciando o trabalho desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, gostaria da atenção do Líder das Oposições, Deputado Edgar Bueno.

Quando eu ouço as palavras ditas aqui do Deputado Edgar Bueno, de que vai votar contra o projeto por uma questão política, chegamos à seguinte conclusão, nós que fazemos parte de sustentação ao Governo, não vale a pena abrir a discussão com as oposições e trabalharmos por 6 meses para aperfeiçoarmos um projeto de tamanha envergadura. Aí achamos que o projeto está redondinho, perfeito, certo, vem de encontro aos interesses do Paraná, mas por uma posição política nós vamos votar contra!

Quero dizer ao Deputado Edgar Bueno ao qual tenho um profundo respeito, sinceramente eu não posso concordar com Vossa Excelência, com essa posição, porque esta lei não é dos Deputados da base do governo. Esta é uma Lei que é para o povo paranaense. os eleitores, o povo paranaense não tem dono, proprietário, não é do Governo Jaime Lerner.

Gostaria de pedir ao Líder das Oposições que conversasse com seus pares e somassem a nós nesse momento nobre e importante para o Estado do Paraná, quando nós estamos aqui aprovando uma lei como esta que, certamente, estamos pensando nas futuras gerações. E não vai ser nenhuma questão política que vai fazer com que mude os objetivos dos interesses do povo paranaense.

Era essa a minha posição, minha colocação que faço ao ilustre Líder das Oposições.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela Ordem, Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Ouçó a argumentação do Líder do Governo, da qual quero parabenizá-lo, porque ele busca um outro enfoque para convencer as oposições.

Só quero relembrar que até ontem, este mesmo projeto estava penalizando os pequenos agricultores, principalmente da agricultura familiar. Cidadão que está 30 anos, em cima de 10 alqueires de terra e, que hoje, está muito mais pobre do que ontem, e se vê penalizado porque tem que pagar a fonte da sua água.

Isso já passou porque ontem houve flexibilidade de todos os Deputados no sentido de aprimorar, salvaguardar o interesse dos nossos pequenos agricultores.

Os municípios iam receber um golpe fatal se aprovássemos o projeto da maneira que aprovamos ontem. Golpe fatal, até ontem! Hoje, graças ao bom senso, aos entendimentos, às sugestões, estamos emendando e salvaguardamos, os pequenos proprietários rurais e os municípios. Porém a Oposição jamais se negou a colocar, a participar de todas as conversas, todos os entendimentos, em todas as reuniões.

O Líder do Governo, não pode vir querer cobrar da Oposição, agora, que vote como ele deseja. O Líder do Governo tem o direito de cobrar da sua bancada. Nós votamos do jeito que o nosso entendimento político diz que nós devemos votar.

Ontem, ouvi o Líder do Governo dar pito aqui em alguns Deputados, inclusive nos convidados e assessores que estavam do lado.

O Líder do Governo tem esse direito sim, sobre os seus líderes. Aqui é Oposição e voto conforme entendimento da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei 255/98.

Coloco neste momento em votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Estamos requerendo a preferência de votação, mas quero dizer que como líder do governo, não tenho nenhum direito a “dar pito” em ninguém. Tenho direito a argumentar para tentar convencer as pessoas a aprovarem um projeto. A única coisa que fiz foi argumentar para ver se convencia o líder das oposições, a aprovar o projeto que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que aprovam o requerimento solicitando preferência na discussão e votação do Projeto 255/98, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Maia, Renato Gaúcho e demais Srs. Deputados, constante do expediente, transformando

a Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário, uma vez que existem três emendas sobre este projeto.

Antes de colocar em discussão e em votação, cabe a esta Presidência lembrar a Vossa Excelência que efetivamente este foi o Projeto que nós mais debatemos e nós mais discutimos aqui nesta Casa neste ano, ao ponto de com a colaboração de todos os Deputados, numa sessão que a meu ver, foi histórica, como aquela de ontem, a primeira Sessão noturna, nós transgredimos, arranhamos o nosso Regimento Interno, possibilitando ou argüindo a soberania do Plenário para que arranhássemos o Regimento Interno, permitindo apartes nas discussões, e ainda mais, possibilitarmos a apresentação de emendas, depois de discutidas entre os Deputados e em 2ª votação com Substitutivo pronto. Se assim procedemos, foi com o único intuito, com o único objetivo de cumprirmos com o nosso papel, qual seja, o de errarmos o menos possível.

Por esta razão é que coloco em votação o requerimento que transforma esta Sessão Plenário em Comissão Geral, uma vez que temos três emendas a serem apreciadas pela Plenária.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, a preocupação de V. Exa. em determinado momento talvez até ter transgredido o Regimento Interno, quero parabenizá-lo. Não é jogo de confete em Vossa Excelência.

Se fizermos uma Sessão Extraordinária sem darmos possibilidade de que haja uma discussão, vamos estar matando o objetivo dessas reuniões noturnas e da votação desses projetos que merecem maior discussão e não vale a pena uma grande discussão, se não tivermos a possibilidade de chegarmos a um entendimento, porque, afinal de contas, o que importa é que se possa melhorar, aperfeiçoar aquilo que vamos votar.

Então acho que tudo vale.

Acima do Regimento, só há uma coisa que deve nos nortear, o entendimento de que devemos fazer a melhor lei para o Estado do Paraná e isso V. Exa. está cumprindo com toda propriedade e quero parabenizar e manifestar a solidariedade a que seja transformado em Comissão Geral, assinamos isso, nossas Bancadas assinarão isso para que possamos dar a nossa colaboração. Nossa que digo, é todos nós Parlamentares, na votação das Mensagens que aqui estiverem. Acho que está de parabéns, V. Exa. está também de parabéns a Assembléia Legislativa. Espero que repercuta-se, também, aí fora, as coisas boas que esta Casa faz com essas sessões noturnas. Que estão tendo como único escopo exatamente poder-

mos votar, o mais possível de leis, descomprometendo a necessidade de uma convocação extraordinária.

Parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados:

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO E PODER EXECUTIVO. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral de Plenário, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO EMENDAS APRESENTADAS PROJETO DE LEI Nº 255/98

P A R E C E R :

Esta Comissão Geral de Plenário, constituída nos termos do artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, para apreciação das emendas apresentadas nesta data, em Sessão Extraordinária, após análise das proposições quanto a sua adequação ao regime jurídico ao qual está submetida a competência legislativa estadual (Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.433/97) conclui pela procedência das mesmas. No mesmo sentido é o parecer desta Comissão quanto à análise das Proposições no seu mérito, haja vista que aperfeiçoam ainda mais a Política Estadual de Recursos Hídricos inicialmente proposta, na medida que asseguram a autonomia municipal e viabilizam a iniciativa agropecuária.

Ante o exposto, é favorável o parecer da Comissão Geral de Plenário às emendas em apreço.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

AUGUSTINHO ZUCCHI - Relator

E ainda, sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 03 (três), de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 255/98

A presente proposição altera a redação do § 1º, do Artigo 53, do Substitutivo Geral e suprime os §§ 2º, 3º e 4º do mesmo Artigo, transformando o § 1º em parágrafo único, conforme a redação que segue:

“Art. 53 - ...

Parágrafo Único - As captações destinadas à produção agropecuária estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga.”

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(aa) RICARDO CHAB, DUÍLIO GENARI,
ADEMAR TRAIANO E NELSON GARCIA.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02 SUBSTITUTIVO GERAL

A presente proposição inclui expressão à redação do § 2º do Artigo 17 do Substitutivo Geral, conforme redação a seguir:

“Art. 17 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - O Poder Executivo, ao emitir outorga, mediante autoridade competente, observará a vigência de contratos de concessão para a prestação de serviços públicos que impliquem na utilização de recursos hídricos, garantindo a autonomia municipal no que concerne aos serviços de saneamento básico.”

Sala das Sessões, em 17.11.99.

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Ademir Bier, Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, Ricardo Maia, Luiz Accorsi, Divanir Braz Palma, Antonio Carlos Belinati, Waldyr Pugliesi, Hidekazu Takayama, Valdir Rossoni, Algaci Tulio, Beraldin, José Maria Ferreira, Albanor Gomes, Nelson Garcia, Moisés Leônidas, Tiago Amorim Novaes, Caíto Quintana, Nereu Moura, Edno Guimarães, Serafina Carrilho, Chico Noroeste, Antonio Baratter.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

“Art. 22 - ...

§ 7º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos transferirá à uma conta específica por Bacia, os recursos arrecadados provenientes desta tributação, obrigando os mesmos a serem empregados em benefício da própria Bacia.”

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Waldyr Pugliesi, Pércles Mello, Luciana Rafagnin.

Esta Presidência designa como Relator das três emendas apresentadas e iremos votá-las, uma-a-uma, o Deputado Augustinho Zucchi.

(Lê a Emenda nº 01).

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente. De posse das três emendas apresentadas ao projeto, passo a ler o parecer dessa Relatoria com relação às emendas apresentadas.

“Esta Comissão Geral de Plenário, constituída nos termos do art. 107 do Regimento Interno desta Casa, para a apreciação das emendas apresentadas nesta data, em Sessão Extraordinária, após análise das proposições quanto a sua adequação ao regime jurídico ao qual está submetida à competência legislativa estadual e à Constituição Federal e também à Lei Federal nº 9433/97, conclui pela procedência das mesmas. No mesmo sentido é o parecer desta Comissão quanto à análise das proposições no seu mérito, nas duas primeiras proposições apresentadas.

Embora, Sr. Presidente, as três emendas sejam constitucionais, tenham a sua legalidade, esta Comissão é favorável ao acatamento das duas primeiras emendas e à rejeição da terceira emenda apresentada, conforme V. Exa. acabou de anunciar na sua leitura.

Ante o exposto, somos favoráveis, então, à aprovação das duas primeiras emendas lidas por V. Exa. e à rejeição da última emenda por termos, aqui, uma compreensão diferenciada com relação a seus méritos.

Mas, do ponto de vista Constitucional as três emendas estão aptas a serem apreciadas pelo Plenário. Este é o parecer da Comissão e que fica para a análise do mérito a aprovação do Plenário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa recebeu a emenda há 5 minutos atrás, e, imediatamente solicitei que fossem xerocadas em número suficiente para que V. Exas. dentro de alguns minutos tenham uma cópia das 3 emendas. Por esta razão, suspendendo por 2 minutos a sessão até que V. Exas. recebam uma cópia das emendas e possam saber o que estão votando.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. tem um requerimento de autoria do Sr. Deputado Beraldin, constante do expediente para que fosse votado artigo por artigo, V. Exa. colocará em votação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos colocar em votação sim. Retirado pelo autor. Aproveitando o espaço, esta Presidência gostaria de comunicar que segunda-feira, às 16:00 horas, na Sala das Comissões a 1ª reunião da Comissão do Narcotráfico.

(Sessão suspensa)

(Reaberta a sessão)

Em seguida coloco em votação.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, para encaminhar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes que V. Exa. encaminhe, quero colocar em votação, aí sim, o parecer do Relator da Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. quer encaminhar a este respeito?

O SR. NEREU MOURA

Gostaria de encaminhar as emendas, Sr. Presidente, não o parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, posteriormente V. Exa. poderá encaminhar.

Coloco em votação o parecer do Relator Deputado Augustinho Zucchi. Os Deputados que aprovam o Parecer do Relator permaneçam como estão. **Aprovado.** Comissão Geral.

Agora sim, Srs. Deputados, coloco em votação o Substitutivo Geral ressalvadas as emendas. Vamos votar primeiro o Substitutivo Geral, posteriormente emenda por emenda.

Em votação o Substitutivo Geral.

Os Deputados que aprovam o Substitutivo Geral permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar os votos contrários dos Deputados Nereu Moura, Ademir Bier, Edson Strapasson, Edgar Bueno, Beraldin, Péricles Mello, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli e Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Mais o Deputado Luiz Carlos Zuk.

Em votação a Emenda Modificativa e Supressiva nº 1, de posse de V. Exas.

Em discussão.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, apenas e tão somente para enfatizar a nossa alegria no dia de hoje, num gesto simples, nosso aqui de Deputados, de sentar-se e levantar-se. Estamos definindo a vida de milhares de pessoas que vivem no campo e que vivem no nosso Estado do Paraná.

É evidente, Deputado Valdir Rossoni, que aqui, minoria, não teríamos a mínima condição de fazer um enfrentamento com os Deputados que sustentam o Governo Jaime Lerner neste Parlamento.

Mas, se estivéssemos preocupados com a questão política somente, com certeza teríamos ficado calados e deixado que o Governo aprovasse o projeto que ele encaminhou para esta Assembléia.

Mas, não pensamos na política, pensamos no bem do Paraná, pensamos no produtor rural, no agricultor, na nossa economia, no desenvolvimento do nosso Estado. E foi exatamente por isso que gritamos, um

grito doído, sofrido da gente que vive no interior do nosso Estado.

E a nossa vontade era, exatamente, que esse projeto fosse modificado, fosse melhorado, aperfeiçoado e que atendesse aos anseios do povo do Paraná. E é evidente que hoje fizemos as melhorias que ele merecia e que eram absolutamente necessárias.

E é por isso que quero parabenizar os Deputados, não só do lado do Governo, como da Oposição, o nosso companheiro-relator, Deputado Algaci Tulio, que foi tão parcimonioso nas discussões, que buscou a participação da sociedade civil organizada e que temos também e pudemos participar e dar a nossa contribuição. E o Paraná ganha, ganha o interior, a agricultura.

É por isso que quero parabenizar o Deputado Rossoni por ter sido sensível aos nossos alertas e ter concluído que era importante fazer as modificações para que apresentássemos um projeto à altura do interesse do povo do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, e o PMDB, com certeza, votará favorável à aprovação dessas duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação a Emenda nº 01.

Aprovada.

(Lê a Emenda nº 02)

Aprovada.

(Lê a Emenda nº 03)

O SR. BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero cumprimentar V. Exa. pela abertura que deu, pela possibilidade que deu, pela determinação de V. Exa. em acatar mudança no Substitutivo Geral.

Evidente que essa decisão de V. Exa. que os Deputados se reunissem, hoje, e discutissem a acrescentassem melhorias significativas ao projeto. Ganhou, sem sombra de dúvida, a agricultura do Paraná que fica isenta de recolher as suas taxas.

Porém, como dizia ontem que sou autor de um projeto de lei que versa sobre os Recursos Naturais como um todo, e relatei isto na tribuna ontem, que tinha aprovado um requerimento anexando esta mensagem e, o governo retirou esta mensagem há um mês atrás e depois a remeteu novamente e esta matéria veio na Ordem do Dia de uma Sessão Extraordinária. Entendo que a receita da água deveria voltar 100% na melhoria da qualidade dos nossos mananciais, na questão da preservação do nosso meio ambiente.

Votei contra o Substitutivo Geral por não me sentir seguro em todos os aspectos da lei. Acho que a lei é bastante profunda, acho que ainda, apesar de termos discutido bastante a lei aqui, poderíamos ter mais tempo porque São Paulo sequer discutiu esta lei e é o principal Estado da Federação. Teríamos mais tempo para discutir

esta lei, especialmente no que se refere ao manuseio dos recursos.

Ficaremos nós, a cobrar do governo, nos próximos anos, onde aplicou os recursos das águas. Vamos ficar discutindo aqui quanto arrecadou a Bacia do Iguaçu, a Bacia do Ivaí, x ou y. Não vamos saber e o governo deve prestar conta mas não teremos o controle exato da reaplicação dos recursos arrecadados.

Por isso apresento esta emenda, acredito que será derrotada, mas não deixo de marcar uma posição no desejo de reaplicar os recursos para melhorar a qualidade de vida da população.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, o posicionamento do autor da emenda já está admitindo que será derrubado e não nos apegar a quem ainda não aprovou a emenda que foi o Estado de São Paulo, devemos nos apegar à nossa questão paranaense. E, recebo aqui dos técnicos o auxílio, naturalmente por saber que este projeto tem uma profundidade e é de difícil discussão, quanto à emenda do Deputado Beraldin, é incompatível com a estrutura do Fundo de Recursos Hídricos. O Fundo Estadual de Recursos Hídricos é constituído por sub-contas, não cabendo transferir recursos para contas externas ao Fundo.

Por isso, pedimos aos Senhores Parlamentares, que votem contrário à emenda do ilustre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda nº 3, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, permaneçam como estão.

Rejeitada a emenda.

Esta Presidência deseja parabenizar esta Casa e os Senhores Deputados, pela maneira competente com que demonstraram um alto grau de paranimismo, o que não me surpreende em momento algum, ao apreciar uma matéria de tamanha importância. Com certeza todos podemos, em momentos como este, sentirmos orgulho de sermos Deputados.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Tivemos a satisfação de receber um fax do Sindicato Rural de Londrina, assinado pelo Senhor Edson M. Ponti, que nos manda sugestões que, com certeza, iriam enriquecer mais ainda este mas infelizmente chegou em cima da hora e prometemos apresentar uma emenda no próximo ano.

Só queria dar um detalhe, Senhor Presidente, rapidamente, com relação ao pedido do Sindicato de Londrina. Alega aqui que os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina os assentos, a participação nos assentos dos conselhos, dos comitês das bacias hidrográficas são

compostos da seguinte forma - 40% usuário, 40% as empresas e 20% o Estado.

Então, Rio Grande do Sul e Santa Catarina compõem assim. E no Paraná - 40% usuário, 40% Governo e 20% as empresas.

Então, oportunamente vamos apresentar emenda no ano que vem que acredito que isto aqui vai fortalecer a quem está próximo lá na bacia hidrográfica para que o comitê possa deliberar com mais autenticidade.

Era isto, Senhor Presidente, muito obrigado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 19/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho e Deputado Anibal Khury, veto apostado ao Projeto de Lei nº 176/99, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel localizado no Município de Maringá para o Recanto do Menor CEMIC. RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 194/99

Curitiba, em 28.06.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 067/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 176/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo doar ao Recanto do Menor - CEMIC de Maringá, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração, demonstrando ser a medida desnecessária e contrária ao interesse público. Desnecessária porque o pretendido imóvel, por força da Lei nº 11.900, de 01 de dezembro de 1997, encontra-se cedido ao interessado na doação Recanto do Menor - CEMIC de Maringá, até 31 de dezembro do Ano de 2002, conforme "Termo de Cessão de Uso de Imóvel", devidamente firmado. Considerado contrário ao interesse público pela possibilidade de, no futuro, tal imóvel vir a ficar vinculado ao Fundo Estadual de Previdência, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 176/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o Recanto do Menor - CEMIC de Maringá, o imóvel de propriedade do Estado, constituído por 2.801,00 m2, com benfeitorias, conforme consta transcrição nº 23.801, do Livro 3-W, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Maringá.

Parágrafo Único - O imóvel objeto da doação de que trata a presente lei, será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento do Recanto do Menor - CEMIC de Maringá, não podendo ter distinção diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20.05.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O Recanto do Menor - CEMIC, é uma Entidade Civil de caráter beneficente com sede e foro na Cidade de Maringá, com duração indeterminada, sem fins lucrativos, sem distinções políticas, religiosas ou sociais. Fundada em 11.06.76, funcionando sempre em parceria com o Serviço de Obras Sociais - SOS de Maringá, a entidade não distribui lucros, bonificações ou dividendos, sob qualquer forma ou pretexto, aplicando sua receita e patrimônio, dentro do território nacional. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não são remunerados.

São objetivos do Recanto do Menor - CEMIC:

- prevenir a marginalização da criança ou jovem carente e sua família;
- despertar a Criança para vivenciar situações novas, com direito a opções, educando-as para a vida;
- proporcionar às famílias, cursos profissionalizantes, de forma que busquem a satisfação de suas necessidades e aspirações;
- atendimento comunitário - exercendo papel de agente, apontando problemas, suas causas e soluções;
- funciona em regime de semi-internato para as faixas etárias de pré-escolar e de externato aos 07 a 18 anos. Atende ambos os sexos. Incentiva a escolarização de 1º Grau e encaminha a sondagem de aptidão profissionalizante.

A Entidade já detém a Cessão de uso do Imóvel, conforme autorização exarada através da Lei Estadual de nº 11.900 de 01.12.97, em anexo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 176/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Serafina Carrilho, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel localizado no Município de Maringá para o Recanto do Menor - CEMIC.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

A SRA. SERAFINA CARRILHO (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, solicito aos Senhores Deputados a rejeição deste veto pelos seguintes motivos:

(Lê):

“O Recanto do Menor - CEMIC - Unidade Vila Operária, já detém a cessão de uso do imóvel, conforme Lei Estadual nº 11.900/97, de 01.12.97.

A Entidade atende:

- 150 crianças de 0 a 6 anos, em regime de creche, período integral;
- 30 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, com programa de proteção social com oferta de atividades sócio-educativas, de esporte e lazer, no período anterior ou posterior à escola, ou em período integral para aqueles que estão provisoriamente fora da escola formal, envolvendo apoio e insumos diversos ao núcleo familiar, objetivando a melhoria da qualidade de vida, assim como a permanência, retorno e sucesso escolar das crianças e dos adolescentes.
- 250 famílias em situação de vulnerabilidade social, em regime de orientação e apoio sócio-familiar, com ações de enfrentamento à pobreza e conseqüente melhoria na condição de vida.

Conta com uma listagem de 90 crianças e adolescentes aguardando vagas, que só serão viabilizadas com a construção de nova sede.

As atividades desenvolvidas pela entidade, tem por objetivos:

- garantir à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a proteção integral estabelecida pelo art. 227, da Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
- manter atividades de orientação de estudos que estimulem a criança e o adolescente a concluir, adequadamente, a escolarização básica de primeiro grau;
- manter atividades que favoreçam o domínio da comunicação, conhecimentos, informações e habilidades básicas e específicas para futura inserção no mercado de trabalho;

- propiciar o desenvolvimento de habilidades para a vida, facilitando o domínio do cotidiano em família, na comunidade e o exercício da cidadania;

- desenvolver atividades artísticas em suas diferentes linguagens, que favoreçam a socialização e preencham necessidades de expressão e troca cultural;

- desenvolver atividades de educação física e práticas desportivas que favoreçam o auto-conhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso ao lúdico;

- propiciar promoção da saúde, visando a prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida, entendida como bem estar físico, mental e social;

- desenvolver atividades de conhecimento e de respeito ao meio ambiente como forma de preservação do direito à vida com qualidade;

- favorecer o diálogo com a comunidade próxima, abrindo espaço para sua participação e recebendo seu apoio, e estabelecendo ainda um trabalho em rede com outros serviços sociais existentes;

- criar um ambiente de trabalho positivo para a família, facilitando a confiança, o compromisso, o apoio e seu envolvimento gradativo nas atividades oferecidas;

- desenvolver atividades de orientação cristã, respeitando a liberdade de crença e culto religioso;

- estabelecer parcerias com as escolas próximas frequentadas pelas crianças e adolescentes do programa, visando o esforço conjunto no alcance do sucesso escolar.

O Recanto do Menor - CEMIC, situa-se na Vila Operária, local de grande concentração de famílias em extrema situação de pobreza. A destinação da entidade culminará com um aumento considerável de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, contrariando o princípio Constitucional da proteção integral.

A Entidade conta com Diretoria de Apoio, formada por empresários, que atuam na obtenção de recursos para manutenção e melhoria dos programas mantidos pela Entidade. A Diretoria tem por meta, a construção de instalações novas e adequadas ao atendimento ofertado. Para tanto, necessitam da disponibilidade do terreno.”

Por isso, pedimos aos nobres Deputados que votem contra esse veto para que mais crianças não fiquem nas ruas, e podemos ajudá-las.

Nossa gratidão e muito obrigada. Contamos com a unanimidade.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Queria até cumprimentar Vossa Excelência, só queria até, para alertar a própria Presidência, quero dizer que publicamente vou votar com Vossa Excelência, acho que não vai resolver, mas vamos criar uma situação para o Governo para que o Governo dê atenção a esses casos análogos aos casos semelhantes que estão acontecendo no Paraná.

A mesma coisa está acontecendo em Londrina, que era mantida pelo IPE, agora com a criação do PARANAPREVIDÊNCIA eles não têm, e nem devem dispor do patrimônio já incorporado, porque o PARANAPREVIDÊNCIA está precisando inclusive de ter um patrimônio para poder gerir o que vai arrecadar e garantir, inclusive. Mas no sentido até de fazer com que o Governo preste atenção nesses assuntos, e reclamar aqui que lamentavelmente para o assunto de Londrina tentei acertar, via-administrativa, e para falar com a Secretaria da Administração é um problema danado, quando não ignoram o telefone do Deputado, não dão resposta.

Então, vou ficar com V. Exa., até do ponto de vista jurídico achando que o Governo vai tomar qualquer outra medida, mas no sentido de alertar o Governo; primeiro, que quando um deputado chama a atenção para um assunto como esse que V. Exa. trouxe, e o que também levei a nível de Londrina, que não se pode, só porque criou o PARANAPREVIDÊNCIA, fechar uma escola com 30 anos de tradição e deixar lá mais de 500 pais gritando na beira da porta da vida política da cidade; e que quando um deputado chama a atenção para ver resolvido uma situação dessa que pelo menos tenham a dignidade de dar resposta, e aí serve para a Secretaria da Administração.

Então, vou votar com V. Exa. reconhecendo até que o Estado não vai deliberar sobre isso, mas vamos criar uma situação que vai ter que ser resolvida juridicamente para que pelo menos, se o Governo nos der ouvido, e o Governador tem sido pelo menos educado nessa parte, ele sempre tem nos ouvido, alguns dos seus Secretários ignoram ações políticas como essa que V. Exa. está tentando resolver da Cidade de Maringá, e como também tenho a mesma coisa com o Presip em Londrina.

Então, vou votar com V. Exa. até para provocar uma discussão maior desse caso.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar, votando com as cédulas que contenham a expressão SIM.

Os Deputados que forem contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar, utilizando as cédulas com a expressão NÃO.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, recomendo à Bancada do Governo a votar NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Senhor 1º Secretário que dê início a chamada nominal, para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cleiton Kielse**)

Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa convida os Deputados Chico Noroeste, Ademar Traiano, Ademir Bier e Duílio Genari, para procederem o escrutínio. Vale a pena dizer que votaram quarenta e cinco Senhores Deputados.

Quarenta e cinco Deputados votaram.

Pela manutenção do veto, nove votos. Pela rejeição trinta e seis votos. **Está rejeitado o veto.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre o calendário escolar da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputados Durval Amaral, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 503/99

Inclui o Artigo 2º com a seguinte redação, renumerando o Artigo 2º como Artigo 3º.

“Art. 2º - Fica assegurado, na forma do disposto no Artigo 56 da Lei Complementar nº 07/76 - Estatuto do Magistério, férias de 60 (sessenta) dias ao Professor e ou Especialista de Educação da Rede Estadual de Ensino, dos quais 30 (trinta) dias consecutivos a serem usufruídos no mês de janeiro de cada ano.”

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Edno Guimarães. Geraldo Cartário, Duílio Genari e um ilegível.

O projeto volta à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2449, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca e da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, às dezenove horas.